

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional  
Período de Análise: outubro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rura

## Índice

## **Agricultura familiar chega a 84%** -Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/10/2009

A agricultura familiar tem forte presença básica dos brasileiros, segundo revela o Censo Agropecuário do IBGE. Dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários do País, 4,4 milhões, ou 84%, eram desse tipo.

Para o secretário executivo e ministro interino do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Daniel Maia, isso é motivo de comemoração.

“Há um conjunto de ações que garantem segurança e estabilidade para o produtor, como o Pronaf (Plano Safra da Agricultura Familiar) e a Previdência Rural. Antes, os produtores migravam para a cidade e agora podem ficar no campo.”

Outra característica da agricultura familiar na produção de algumas culturas brasileiras impressiona. Esse tipo de exploração da terra foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

No entanto, a área média dos estabelecimentos familiares (18,37 hectares) é muito inferior a dos não familiares (309,18 hectares).

Os dados não são comparativos aos censos anteriores porque foram apurados de acordo com a nova lei que define a agricultura familiar.

Dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, 28% com matas, florestas ou sistemas agroflorestais e 22% com lavouras. No que diz respeito à escolaridade, entre os 11 milhões de pessoas da agricultura familiar e com laços de parentesco como produtor, quase 7 milhões (63%) sabiam ler e escrever.

### **ENERGIA ELÉTRICA**

O percentual de estabelecimentos agropecuários do País que possuíam energia elétrica saltou de 39% para 68% em 10 anos, segundo a sondagem. Nesse período, o maior aumento ocorreu na Região Nordeste, passando de 19,9% para 61,5%, chegando a 1,5 milhão de estabelecimentos rurais.

Segundo o Censo, a energia elétrica comprada de distribuidora está presente em 3,25 milhões de estabelecimentos (92,4% do total com energia) e, além disso, em 7,7% há energia elétrica obtida por cessão. Em 2,1%, a energia elétrica é gerada na propriedade. ●

## **Alta dos preços no campo perde força em São Paulo – Valor Econômico, Agronegócio – 05/10/2009**

O IqPR, índice de preços recebidos pelos produtores agropecuários de São Paulo pesquisado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) - vinculado à Secretaria da Agricultura de São Paulo -, voltou a subir em setembro (0,22%) sob a influência do comportamento das cotações no grupo de produtos de origem vegetal.

## Boi gordo

Mercado futuro \* - em R\$/arroba



Fonte : BM&FBovespa e Valor Data.  
\* Segunda posição, contrato de 330 arrobas

## Milho

Mercado futuro \* - em R\$/60 Kg



Fonte : BM&FBovespa e Valor Data.  
\* Segunda posição, contrato de 450 sacas

## Soja

Mercado futuro \* - em US\$/saca



Fonte : BM&FBovespa e Valor Data.  
\* Segunda posição, contrato de 450 sacas

Apesar de ter sido a segunda variação positiva mensal consecutiva, a alta ficou bem aquém do salto de agosto (2,67%). Apesar da entressafra de grãos, a valorização média dos vegetais, de 1,81%, também ficou abaixo da alta de agosto (5,37%), que foi impulsionada pelas fortes e atípicas chuvas que ainda castigaram o Estado, como em julho.

Entre os vegetais, os produtores de laranja para mesa foram os que receberam o maior reajuste médio (20,43%). A laranja destinada às indústrias de suco também subiram, 2,07%, e a lista de aumentos se completa com cana (1,53%), batata (1,44%), algodão (1,10%) e amendoim (0,77%).

O grupo de produtos de origem animal, em contrapartida, registrou queda média de 3,72%, pressionada por baixas de carne de frango (9,48%), ovos (7,76%) e carne bovina (2,17%). A carne suína subiu 6,89% no mês.

Com a alta de setembro, o IqPR passou a acumular, em 12 meses, ganho de 4,22%. Nesse período, o salto dos vegetais chegou a 12,49%, e a queda dos animais, a 14,67%.

**Preço dos alimentos recua, mas não evita alta do IPCA em setembro** – Rafael Rosas  
– Valor Econômico – Brasil – 09/10/2009

Os alimentos contribuíram para arrefecer o avanço dos preços verificado em seis dos nove grupos que compõem o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em setembro, o índice atingiu 0,24%, diante de 0,15% em agosto, enquanto os alimentos recuaram 0,14%, acelerando a deflação de 0,01% ocorrida em agosto.

Dentro dos alimentos, o leite pasteurizado caiu 8,76% no mês passado, contribuindo com uma taxa negativa de 0,11 ponto percentual para o IPCA. No ano, o produto ainda acumula forte alta, de 14,23% desde janeiro.

"O leite, que foi uma das principais pressões de alta em meses anteriores, agora faz o caminho inverso e foi importante para amenizar o resultado de setembro. Ele liderou a alta por alguns meses e agora lidera a baixa", frisou a coordenadora de índices de preços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eulina Nunes dos Santos.

A maior parte dos grupos esteve, no entanto, na contramão dos alimentos. O crescimento dos custos com empregados domésticos contribuiu para que o grupo despesas pessoais subisse 0,52% em setembro, ante 0,27% em agosto. Impulsionado pelos efeitos do reajuste do salário mínimo, o custo do empregado doméstico subiu 1,15% e contribuiu com alta de 0,04 ponto percentual para o IPCA.

Na habitação, que pulou de 0,47% em agosto para 0,62% em setembro, o destaque foi o gás de cozinha, que subiu 3,40% em setembro e também deu a maior contribuição individual para o IPCA, de 0,04 ponto percentual.

Outra pressão de alta em setembro veio do setor automotivo. O aumento da demanda provocado pela expectativa do fim da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) contribuiu para uma alta de 0,67% no automóvel novo em setembro, movimento acompanhado pelo automóvel usado, que avançou 0,86%.

Para outubro, os principais efeitos esperados sobre o IPCA são a continuação dos efeitos do reajuste da telefonia fixa, aplicado no dia 16 de setembro, e as consequências do aumento das alíquotas do IPI sobre o setor automotivo. Ao longo do ano, a desoneração do IPI influenciou as principais quedas acumuladas, já que entre os 12 produtos com a maior contribuição de baixa para o IPCA estão o automóvel usado, com -0,16 ponto percentual (p.p.), o automóvel novo, com -0,14 p.p., os eletrodomésticos e equipamentos, com -0,04 p.p., e o seguro voluntário de veículo, com -0,03 p.p..

**Alimentação e acesso à terra serão alvo de relator da ONU - Assis Moreira, - Valor Econômico – Agronegócios - 13/10/2009**

O relator especial da Organização das Nações Unidas para o direito à alimentação, Olivier de Schutter, conhecido por seus ataques à produção de etanol, visitará o Brasil na semana que vem.

O objetivo da visita, segundo a ONU, é examinar como anda a discussão no país sobre a inclusão do direito à alimentação na Constituição. "A adoção desse tipo de emenda confirmará a liderança do Brasil na implementação legal do direito à comida", afirma o relator em comunicado divulgado pela ONU.

No entanto, Schutter quer também "identificar" como funcionam as políticas brasileiras de estímulo à agricultura familiar e o impacto "da agricultura exportadora, e da produção de etanol em particular, sobre a redução da pobreza nas áreas rurais". Em um aviso ao Brasil, a ONU diz que o relator, em visita a outros países, deu "especial atenção a questões de acesso à terra e concentração agrária".

Schutter é um relator independente, que não reflete a visão dos países da ONU em geral. Sua acusação de que a produção de etanol gera insegurança alimentar e ajudou para o recorde dos preços dos alimentos há dois anos é analisada com nuances pela FAO, agência da ONU para alimentação e agricultura - que faz distinção entre o biocombustível produzido com milho e o derivado da cana.

**Fortalecimento da agricultura familiar é importante para combate à fome – sítio eletrônico da CONTAG – 14/10/2009**

O Censo Agropecuário do Instituto de Geografia e Estatística (Ibge), divulgado recentemente, comprovou que a agricultura familiar é responsável pela segurança alimentar no País. Na Semana Mundial da Alimentação, de 12 a 16 de outubro, a Contag reforça a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar para o combate à fome. A entidade está participando dos debates preparatórios para a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, que ocorre entre 16 e 18 de novembro, em Roma, Itália.

A vice-presidente e secretária de Relações Internacionais da Contag, Alessandra Lunas, afirma que a entidade participa de debates realizados por organizações internacionais, como a Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam), a ONG Action Aid, e da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf). Nos debates, são discutidas as propostas a serem defendidas na Cúpula de Roma. "A ideia é ter um documento da Coprofam para ser discutido na conferência paralela em Roma e participar da elaboração das novas metas para o milênio, no que se refere à redução da fome no mundo", diz.

A dirigente explica que está sendo elaborada uma pesquisa para verificar qual a situação da fome na América do Sul. "O objetivo é apresentar os dados reais e não ficar somente na teoria", ressalta.

Lunas explica também que as políticas públicas que deram certo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a compra da alimentação escolar diretamente de agricultores e agricultoras familiares deverão ser expostas como exemplo para os demais países, durante o evento de Roma. "Esperamos que essas experiências incentivem ainda mais os investimentos em quem de fato produz os alimentos".

Mercosul sem Fome - A Contag é parceira na campanha Mercosul sem Fome, promovida pela Coprofam em parceria com a Action Aid. A campanha visa a mobilizar governos e sociedade para a redução da fome na América do Sul. "Com essa campanha, queremos que o debate sobre a fome esteja na agenda social dos países que integram o Mercosul", explica Alessandra.

**Fonte:** Ciléia Pontes, Agência Contag de Notícias

### **Alimentação freia alta da inflação da classe média – Valor Econômico – Brasil – 14/10/2009**

O Índice do Custo de Vida da Classe Média (ICVM) registrou em setembro alta de 0,23%, menor do que a de agosto (0,64%). O grupo alimentação foi o único a apresentar queda no mês. O indicador é feito pela Fecomercio, em parceria com a Ordem dos Economistas do Brasil.

No acumulado dos últimos 12 meses a alta do ICVM chega a 4,36%. Já no período de janeiro a setembro, o aumento é de 3,13%. O indicador analisa o custo de vida dos consumidores com renda entre cinco e 15 salários mínimos.

"A queda dos preços dos produtos de alimentação marcou a variação menor do ICVM em setembro. O grupo é o único que apresentou queda nos preços no mês passado, de 0,41%", informou a Fecomercio.

No grupo vestuário, as novas peças da coleção primavera-verão que chegaram às vitrines e prateleiras das lojas elevaram, em média, 0,76% (ante 0,07% em agosto) os preços de roupas e calçados.

O aumento de 5,22% do etanol em setembro foi o item que mais influenciou a alta do grupo transportes, que teve variação de 0,22%. A relação de preço entre álcool e gasolina nos postos de combustíveis paulistanos, que era de 52,54% em agosto, passou para 54,85% no mês passado.

Os gastos com produtos e serviços do grupo habitação apontaram alta de 0,44%, ante aumento de 1,59% em agosto, sendo influenciado pelo reajuste da energia elétrica de 1,10%, do aluguel (33%), do gás de botijão (5,61%), de condomínio (0,41%) e de serviço doméstico (0,39%).

O grupo saúde teve aumento de 0,70% no mês. No acumulado do ano a elevação é de 5,77% e de 7,05% nos últimos 12 meses. Já o grupo despesas pessoais teve alta de 0,17% em setembro.

O aumento da mensalidade e dos materiais escolares não foi suficiente para que o índice do grupo educação acusasse modificação significativa. A variação mensal foi de 0,06%. No acumulado deste ano a elevação é de 6,86% e nos últimos 12 meses a alta é de 6,98%.

## **Para relator da ONU, direito à alimentação passa por acesso a terra – Sítio eletrônico do MST – 15/10/2009**

Durante três horas, o relator da ONU para o Direito à Alimentação , Olivier De Schutter, pôde presenciar a realidade de um assentamento da Reforma Agrária. A visita ao assentamento Eldorado dos Carajás, em Unaí (MG) fez parte da agenda do relator que, segundo a comitiva que o acompanha, quis conhecer experiências de produção e de estímulo à agricultura familiar como formas de garantir o direito humano à alimentação.

Ao chegar ao assentamento, o relator explicou qual o motivo de sua estada no Brasil. Segundo ele, um relatório será elaborado para as autoridades internacionais, tendo por base a visita a vários países, com recomendações aos mesmos para a melhoria do acesso à alimentação. De acordo com De Schutter, a questão da terra é central para o acesso ao alimento. “O direito ao alimento tem a ver em se alimentar, produzindo a própria comida. E isso significa ter acesso a terra, à água e às sementes”, explicou aos assentados.

Eldorado dos Carajás possui 1.614 hectares, sendo que 1.114 hec são de reservas permanentes e ambientais. No total, vivem 36 famílias; cada uma tem direito a 10 hec para o trabalho individual e 3 hec para o trabalho coletivo. Todos sobrevivem através da plantação de hortas e frutas do cerrado e da criação de pequenos animais. Detalhes sobre a produção, respeito ao meio ambiente, benefícios governamentais para o desenvolvimento da terra, além de acesso à educação e à saúde foram solicitados às famílias, que aproveitaram para denunciar a demora da aprovação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, emperrado pelo Incra.

“Há dois anos estamos pendentes neste plano, que inclui crédito para a moradia, para a plantação, dentre outros, e sempre recusam o projeto. Pedimos ajuda de técnicos, ou ao menos que nos falassem todas as deficiências para que não ficássemos nesse vai e volta”, disse Vilmar Alves Mota , o Parazinho, um dos moradores de Eldorado.

### **Concentração de Terra**

Os recentes dados do IBGE, divulgados em 30/9, que mostram um agravamento da concentração de terras nos últimos 10 anos, parece ter preocupado o relator da ONU. Segundo De Shutter, apesar da Constituição de 88 ter disposições para que haja o progresso na distribuição mais igualitária da terra, o movimento contrário é preocupante. “Com a política mais recente da produção de cana-de-açúcar para bicomcombustíveis, essa tendência a concentração de terra só faz crescer”, completou.

O IBGE apontou que as pequenas propriedades (com menos de 10 hectares) ocupam apenas 2,7% da área ocupada por estabelecimentos rurais. Já as grandes propriedades (com mais de 1000 hectares) ocupam 43% da área total. No entanto, as



pequenas propriedades representam 47% do total de estabelecimentos rurais, enquanto os latifúndios correspondem a apenas 0,91% desse total.

**Segurança alimentar em época de crise - José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 16/10/2009**

Não é mais possível alimentar 1 bilhão de pessoas apenas com ações de socorro emergenciais

Em diferentes pontos do planeta, o destino de um bilhão de seres humanos depende de respostas concretas à pergunta que lateja neste 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação: como ampliar a segurança alimentar em época de crise?

Na América Latina, o chamado Corredor Seco da Guatemala é um dos cenários onde pulsa a angústia da espera. A região sucumbe sob urgências humanitárias agravadas por desequilíbrios climáticos extremos. O El Niño trouxe precipitações até 87% abaixo da média anual em algumas áreas de lavoura gerando quebras de safra que tiveram um efeito devastador na dieta básica de mais de 90 mil famílias.

A seca piora a insegurança alimentar em um país onde a desnutrição crônica afeta 49% das crianças (69% no caso das indígenas). Com uma arrecadação fiscal abaixo da já modesta média latino-americana e sofrendo as consequências da crise internacional - entre outras coisas ela reduz as remessas dos emigrantes, equivalentes a 10% do PIB do país- a Guatemala não tem condições de enfrentar a urgência da crise sem solidariedade externa.

A crise na Guatemala é um microcosmo dos dilemas da fome no século XXI. O passaporte para a segurança alimentar não virá encapsulado em nenhuma panaceia fabricada em laboratórios ou gabinetes do dogmatismo econômico. Ela depende, antes de mais nada, de iniciativas articuladas no plano local e internacional que contemplem, em primeiro lugar, a criação de mecanismos de resposta rápida a crises alimentares, cada vez mais agravadas pela sobreposição de eventos climáticos extremos.

Mas, sobretudo, é necessário um novo consenso político e fiscal que forneça ao Estado o fôlego tributário indispensável à execução de políticas de desenvolvimento social. E, acima de tudo, que devolva ao desenvolvimento agrícola a centralidade no esforço de erradicação da fome. Definitivamente, não bastam afirmações exclamativas. O mundo da política precisa erguer uma ponte efetiva de recursos à altura dos desafios cobrados pelo fomento agrícola e o combate à fome.

No plano internacional, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) projeta a necessidade de investimentos agrícolas da ordem de US\$ 83 bilhões por ano em todo o planeta, para obter um aumento de produção de 70% e assim alimentar a humanidade que reunirá 9,1 bilhões de pessoas em 2050.

Trata-se, entre outras coisas, de reverter a omissão predominante nos últimos anos quando se delegou aos mercados a tarefa de prover a segurança alimentar da sociedade. A verdade é que os investimentos na agricultura perderam espaço na própria repartição dos recursos internacionais destinados à luta contra a fome nas últimas décadas. Desde 1980 a fatia reservada ao desenvolvimento agrícola diminuiu 58% em termos reais, recuando de 17% para 3% do total das transferências.

A crise mundial sentenciou a inviabilidade dessa aritmética. Não é mais possível alimentar 1 bilhão de pessoas apenas com ações de socorro emergenciais. Ainda que essa seja a única saída de momento, a centralidade do processo deve ser devolvida ao apoio à produção agrícola dos países pobres e em desenvolvimento.

De novo, o caso da Guatemala é pedagógico: o país tem uma lei de segurança alimentar, mas, sem financiamento, sua eficácia é limitada. A busca pela ajuda internacional foi um dos motivos que levou o presidente Álvaro Colom a decretar o estado de calamidade pública no mês passado. Em discurso na Assembleia Geral da ONU, Colom acrescentou que a calamidade não era resultado apenas da seca, mas uma calamidade histórica, fruto do abandono secular de populações pobres a sua própria sorte.

Infelizmente, a Guatemala não é um caso isolado. A fragilidade das políticas públicas na região é proporcional ao engessamento proveniente de uma carga tributária média de 18,2% do PIB, contra 39,8% da União Europeia. Pior, mais de 50% da arrecadação regional é baseada em impostos indiretos, pagos de forma linear por toda população que tem efeito redistributivo nulo ou regressivo. Em comparação, na União Europeia, cerca de 40% da arrecadação provêm de impostos diretos e o restante se divide entre impostos indiretos e segurança social.

Na maioria dos países a situação só se resolve como uma reforma tributária: os ricos dos países pobres e em desenvolvimento também precisam dar sua contribuição para o desenvolvimento inclusivo da sociedade. No entanto, enquanto não se consegue um acordo político para um novo pacto fiscal que permita aumentar a arrecadação e torná-la mais equitativa, o espaço das políticas públicas permanece acanhado. Isso traduz-se diretamente em exclusão social e baixo desenvolvimento humano.

Na Guatemala, um dado resume todos os demais: o gasto social do país de US\$ 350 per capita/ano é o menor de toda a América Latina. Em contraposição, os índices globais de desnutrição no país são os maiores da região.

O Brasil é um caso notável de sucesso ancorado nessa convergência entre vontade política, marcos institucionais específicos e recursos adequados ao desenvolvimento agrícola e à segurança alimentar. A partir do Fome Zero, o governo brasileiro adotou o enfoque de dupla via recomendado pela FAO. Ações emergenciais foram acionadas em paralelo a políticas emancipatórias para que as famílias - em especial as que formam a pobreza rural, onde se concentra 50% da fome no país - pudessem se credenciar à auto-suficiência no futuro.

A assistência técnica à agricultura familiar e aos assentamentos, as aquisições de alimentos dos pequenos produtores, bem como a expansão do crédito do Pronaf são exemplos desse modelo a ser multiplicado. Em que pese a persistente concentração da terra no país, como se verificou no último Censo agrícola do IBGE, o fato é que um segmento de média e pequena propriedade consolidou sua presença na economia, como principal fonte de alimentos, emprego e estabilidade no campo.

Não surpreende, assim, que o mercado interno brasileiro tenha se revelado um importante contrapeso à contração mundial nesta crise, sustentando o nível de atividade graças à demanda popular. O paradigma brasileiro oferece uma resposta encorajadora ao desafio de garantir a segurança alimentar em época de crise. Ocupará, por certo, um espaço relevante nas discussões da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, que acontece de 16 a 18 de novembro, em Roma.

**José Graziano da Silva é representante regional da FAO para América Latina e Caribe.**

**MDA apresenta Lei da Alimentação Escolar na Biofach Latina 2009** – Sítio Eletrônico do MDA- 30/10/2009

O primeiro painel da tarde desta sexta-feira (30), na Biofach Latina 2009, abordou o tema dos Produtos Orgânicos, Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A feira termina hoje, no Transamérica Expo Center, em São Paulo. Participaram da mesa representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Itaipu Binacional.

O MDA foi representando no painel pelo diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor, Arnaldo de Campos, que apresentou a Lei da Alimentação Escolar (11.947) e as oportunidades para a agricultura familiar. A Lei da Alimentação Escolar determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar na compra de produtos da agricultura familiar.

Segundo Campos, a lei é uma excelente oportunidade para o debate com relação à qualidade dos produtos ofertados na alimentação nas escolas. "É um estímulo ao consumo de alimentos saudáveis", disse.

O diretor explica que os 30% do orçamento do PNAE para 2009 correspondem a cerca de R\$ 600 milhões. Estima-se que, com essa medida, em torno de 200 mil famílias agricultoras serão beneficiadas diretamente. Com a lei, a previsão é de que por volta de 47 milhões de alunos da rede pública de ensino de todo o País terão a oportunidade de consumir produtos oriundos da agricultura familiar.

Campos apresentou o passo-a-passo para a comercialização e destacou o primeiro passo, a sensibilização, que é o preparo dos cardápios pelas nutricionistas. "Aqui é importante incentivar a compra de alimentos orgânicos". Ele reforçou que é fundamental o diálogo entre agricultores familiares e educação.

De acordo com o diretor, a lei também destaca a priorização por propostas de comercialização de grupos dos municípios e, ainda, sempre que possível, por alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
UFRRJ - Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

